

AGENTES PÚBLICOS

1) (CESPE / TRF-10ª REGIÃO / 2019)

Para que pessoas físicas que colaboraram com o poder público sejam consideradas agentes públicos é necessário que elas, obrigatoriamente, tenham vínculo empregatício com a administração pública e sejam por esta remuneradas, como ocorre, por exemplo, com os leiloeiros, tradutores e intérpretes públicos.

2) (CESPE / TJ-AM / 2019)

Emprego público é aquele exercido por vínculo estatutário na administração pública por empregados temporários ou interinos.

3) (CESPE / IFB / 2019)

A abertura de novo concurso indicando a necessidade de mais vagas, quando ainda não terminado o prazo do certame anterior, transfere a questão da nomeação do campo da discricionariedade para o da vinculação, uma vez que deve ser observado o direito subjetivo do candidato aprovado à nomeação.

4) (CESPE / TJ-AM / 2019)

Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de quaisquer cargos, independentemente das suas atribuições. Para esses candidatos são reservadas até 20% das vagas oferecidas no concurso.

5) (CESPE / TCE-SC / 2019)

O servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão adquire a estabilidade após três anos de efetivo exercício.

6) (CESPE / ABIN / 2018)

Situação hipotética: José, servidor nomeado para cargo efetivo, passou pelo estágio probatório com nota dez na avaliação de desempenho do cargo, adquirindo a estabilidade no serviço público. Assertiva: Nessa situação, a despeito da excelência do seu desempenho, José poderá ser exonerado do serviço público seis meses após a conclusão do seu estágio probatório, caso apresente queda na produtividade por dois meses seguidos.

7) (CESPE/ IPHAN / 2018)

Paulo participou de processo seletivo para ingresso em carreira pública federal. O edital do concurso apresentava o quantitativo de dezoito vagas, e Paulo foi aprovado na décima terceira posição. O prazo de validade da seleção foi prorrogado uma vez e ele ainda não foi empossado.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Se Paulo não tiver nascido no Brasil, o órgão contratante não poderá dar-lhe posse, em virtude de impedimento de investidura a estrangeiros.

8) (CESPE / IPHAN / 2018)

Paulo participou de processo seletivo para ingresso em carreira pública federal. O edital do concurso apresentava o quantitativo de dezoito vagas, e Paulo foi aprovado na décima terceira posição. O prazo de validade da seleção foi prorrogado uma vez e ele ainda não foi empossado. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Paulo deverá ser convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo.

9) (CESPE / Polícia Federal / 2018)

Pedro, após ter sido investido em cargo público de determinado órgão sem a necessária aprovação em concurso público, praticou inúmeros atos administrativos internos e externos.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item que segue.

Pedro é considerado agente putativo e, ainda que não tenha sido investido legalmente, deverá receber remuneração pelo serviço prestado no órgão público.

10) (CESPE / STM / 2018)

Os empregados das empresas públicas submetem-se ao regime celetista e, por isso, estão fora do rol de agentes públicos.

11) (CESPE / STM / 2018)

Em que pese ocuparem cargos eletivos, as pessoas físicas que compõem o Poder Legislativo são consideradas agentes públicos.

12) (CESPE / FUB / 2018)

Pedro, que é servidor público ocupante de cargo de professor de rede estadual de ensino público e trabalha de segunda a sexta-feira, das 19 às 22 horas, foi aprovado em concurso para cargo público de nível médio não especializado, com carga horária semanal de vinte horas, que deve ser cumprida no turno matutino. Nessa situação hipotética,

Pedro poderá acumular os dois cargos públicos, mesmo que o cargo de nível médio para o qual ele foi aprovado não seja especializado.

13) (CESPE / TJ-AM / 2018)

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da administração pública, julgue o item seguinte.

Para exercer função de confiança na administração pública, o servidor deverá ser ocupante de cargo efetivo.

14) (CESPE / EBSERH / 2018)

A proibição estabelecida na Constituição Federal de 1988, acerca de acumulação remunerada de cargos públicos, não abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

15) (CESPE / POLÍCIA FEDERAL / 2018)

Havendo compatibilidade de horários, é possível a acumulação remunerada do cargo de delegado de polícia federal com um cargo público de professor.

16) (CESPE / TJ-AM / 2018)

Divulgado o resultado final de um concurso público para o preenchimento de vagas em cargo público de natureza civil, da administração direta federal, os aprovados foram nomeados.

Considerando essa situação hipotética e a legislação pertinente, julgue o item a seguir.

Com a posse, os aprovados serão investidos no cargo público, mas irão adquirir estabilidade somente após três anos de efetivo exercício.

17) (CESPE / TCE-PE / 2017)

Caso os servidores dos tribunais de contas estaduais exerçam seu direito de greve, serão aplicadas, no que couberem, as disposições da legislação que tratam do direito de greve na iniciativa privada, em razão de omissão legislativa.

18) (CESPE / TRF - 1ª REGIÃO / 2017)

Em casos excepcionais, o reajuste da remuneração de servidores públicos poderá ser fixado por meio de decreto do presidente da República.

19) (CESPE / PREFEITURA DE FORTALEZA / 2017)

Em razão de incorporações legais, determinado empregado público recebe uma remuneração que se aproxima do teto salarial constitucional. Nessa situação, conforme o entendimento do STF, a remuneração do servidor poderá ser superior ao teto constitucional se ele receber uma gratificação por cargo de chefia.

20) (CESPE / TRF - 1ª REGIÃO / 2017)

A avaliação especial de desempenho, obrigatória para que servidor adquira a estabilidade, será realizada pelo superior direto do servidor: não há a necessidade de se instituir comissão específica para esse fim.

21) (CESPE / TCE-PA / 2016)

Por manter com o Estado vínculo de natureza diferenciada, os militares não integram a categoria de agentes públicos.

22) (CESPE / TCE-PA / 2016)

A definição de servidor público, em sentido amplo, engloba os empregados públicos e servidores temporários.

23) (CESPE / DPU / 2016)

Os servidores contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e os empregados públicos classificam-se, em virtude da ausência de estabilidade, como servidores temporários.

24) (CESPE / TJ-AM / 2015)

Para o STJ, o candidato aprovado em concurso público, mas classificado fora do número de vagas previstas no edital, tem direito subjetivo à nomeação se o candidato imediatamente anterior na ordem de classificação, aprovado dentro do número de vagas e convocado, tiver manifestado a sua desistência.

25) (CESPE / DPU / 2016)

O tempo de serviço público prestado a estado, a município ou ao Distrito Federal será contado, para todos os efeitos, no âmbito federal.

26) (CESPE / DPU / 2016)

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é válida a exigência de exame psicotécnico em concursos públicos desde que esteja a exigência prevista no edital do certame.

27) (CESPE / INSS / 2016)

No cômputo do limite remuneratório (chamado de teto constitucional), devem ser consideradas todas as parcelas percebidas pelo agente público, incluídas as de caráter indenizatório.

28) (CESPE / DPU / 2016)

Em face da garantia da estabilidade, o servidor público estável só perderá o cargo por força de decisão judicial.

29) (CESPE / FUB / 2016)

A estabilidade do servidor habilitado em concurso público é garantida imediatamente após sua posse, haja vista a sua aprovação em concurso público.

30) (CESPE / ANVISA / 2016)

João, após aprovação em concurso público, foi nomeado em 2015 para integrar o quadro de uma entidade da administração indireta dotada de personalidade jurídica de direito privado.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item seguinte. Na situação descrita, após três anos de efetivo exercício, João adquirirá a estabilidade estatutária, própria dos servidores públicos, desde que seja aprovado em estágio probatório.

31) (CESPE / TJ-AM / 2015)

As pessoas físicas que espontaneamente assumem funções públicas em situações de calamidade são consideradas particulares em colaboração com o poder público e integram a administração pública em sentido subjetivo.

32) (CESPE / TCU / 2015)

A exoneração dos ocupantes de cargos em comissão deve ser motivada, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

33) (CESPE / TCU / 2015)

O prazo de validade de concurso público é de até dois anos, podendo ele ser prorrogado enquanto houver candidatos aprovados no cadastro de reserva.

34) (CESPE / DPE-PE / 2015)

Conforme entendimento atual do STF, é dever da administração pública nomear candidato aprovado em concurso público dentro das vagas previstas no edital, em razão do princípio da boa-fé e da proteção da confiança, salvo em situações excepcionais caracterizadas pela necessidade, superveniência e imprevisibilidade.

35) (CESPE / Câmara dos Deputados / 2014)

Considere que alguns moradores de determinada cidade tenham auxiliados os bombeiros a resgatar vítimas de um grave desabamento causado pelas fortes chuvas ocorridas no período do verão. Nessa situação, os referidos moradores são considerados agentes putativos.

36) (CESPE / CÂMARA DOS DEPUTADOS / 2014)

Os agentes particulares colaboradores, como, por exemplo, os concessionários e permissionários de serviços públicos, embora atuem em funções públicas delegadas pelo Estado, não são agentes públicos, ante a

ausência de vínculo estatutário, celetista ou eletivo com a administração.

37) (CESPE / TJ-AP / 2014)

Enquanto os agentes honoríficos são convocados, designados ou nomeados para prestar transitoriamente determinados serviços do Estado, os agentes credenciados recebem incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração.

38) (CESPE / CÂMARA DOS DEPUTADOS / 2014)

A vedação ao nepotismo no ordenamento jurídico brasileiro, nos termos da súmula vinculante n.º 13/2008, ao não se referir à administração pública indireta, excetua a incidência da norma em relação ao exercício de cargos de confiança em autarquias.

39) (CESPE / TJ-SE / 2014)

Em consonância com os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, o STF, por meio da Súmula Vinculante n.º 13, considerou proibida a prática de nepotismo na administração pública, inclusive a efetuada mediante designações recíprocas — nepotismo cruzado.

40) (CESPE / TJ-AM / 2014)

De acordo com o entendimento mais recente do STF, a administração não é obrigada a nomear os candidatos aprovados no número de vagas definidas no edital de concurso, desde que haja razão de interesse público decorrente de circunstâncias extraordinárias, imprevisíveis e supervenientes.

41) (CESPE / MEC / 2014)

No que se refere à contratação de pessoal por tempo determinado para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, julgue os itens seguintes, com base na legislação de regência.

Na referida forma de contratação, o recrutamento de pessoal prescinde de concurso público.

42) (CESPE / TJ-AM / 2014)

É ilícita greve de servidores prestadores de serviços públicos essenciais.

43) (CESPE / SUFRAMA / 2014)

Considerando que o trabalho seja fundamental para a dignidade da pessoa humana, é correto afirmar que a acumulação de cargos públicos é regra na legislação brasileira, devendo-se observar apenas a compatibilidade de horários.

44) (CESPE / ANS / 2013)

Os ocupantes de cargo ou função em comissão são considerados agentes honoríficos.

45) (CESPE / ANS/ 2013)

Os mesários eleitorais são considerados agentes políticos.

46) (CESPE / MS / 2013)

Senadores, deputados e vereadores são considerados agentes políticos.

47) (CESPE / TRT - 17^a REGIÃO / 2013)

Os agentes temporários que desempenham, por tempo determinado, atividades de excepcional interesse público são agentes públicos cuja contratação somente pode ser feita no âmbito da administração direta.

48) (CESPE / TJ-AM / 2013)

Os ministros de Estado são considerados agentes políticos, dado que integram os mais altos escalões do poder público.

49) (CESPE / INPI / 2013)

A sociedade empresária privada em colaboração com o poder público, o jurado e o militar são exemplos de agentes públicos.

50) (CESPE / ANS / 2013)

Agente público é aquele que exerce emprego ou função pública mediante remuneração.

51) (CESPE / MPOG / 2013)

A vedação da prática do nepotismo no âmbito da administração direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios está relacionada aos princípios da moralidade e da imparcialidade administrativa.

52) (CESPE / Telebrás / 2013)

A forma de ingresso para exercer qualquer cargo, emprego ou função pública é por meio de concurso público, conforme legislação vigente.

53) (CESPE / MJ / 2013)

Segundo entendimento firmado pelo STJ, o candidato aprovado fora das vagas previstas originalmente no edital, mas classificado até o limite das vagas surgidas durante o prazo de validade do concurso, possui direito líquido e certo à nomeação se o edital dispuser que serão providas, além das vagas oferecidas, as outras que vierem a existir durante a validade do certame

54) (CESPE / ANTT / 2013)

O portador de visão monocular tem direito a concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

55) (CESPE / TJ-AM / 2013)

A contratação temporária é regulamentada como possível desde que seja feita para atender a interesse público de caráter excepcional.

56) (CESPE / TRT- 10^a REGIÃO / 2013)

A acumulação lícita de cargos públicos por parte do servidor é condicionada à demonstração de compatibilidade de horários.

57) (CESPE / PC-BA / 2013)

Não constitui ofensa à CF a acumulação remunerada de dois empregos públicos em duas sociedades de economia mista estaduais, dado que a proibição constitucional se aplica somente à acumulação dos cargos públicos da administração direta e das fundações públicas e autarquias.

58) (CESPE / PRF / 2013)

O servidor público federal investido em mandato eletivo municipal somente será afastado do cargo se não houver compatibilidade de horário, sendo-lhe facultado, em caso de afastamento, optar pela sua remuneração.

59) (CESPE / TJ-RR / 2012)

Os servidores contratados para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público estão sujeitos ao mesmo regime jurídico aplicável aos servidores estatutários.

60) (CESPE / FNDE / 2012)

Os detentores de mandatos eletivos, no âmbito do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, não são considerados agentes públicos, pois titularizam cargos temporários e neles são investidos por meio de eleição.

GABARITO

- | | |
|------------|------------|
| 1) Errado | 55) Certo |
| 2) Errado | 56) Certo |
| 3) Certo | 57) Errado |
| 4) Errado | 58) Errado |
| 5) Errado | 59) Errado |
| 6) Errado | 60) Errado |
| 7) Errado | |
| 8) Certo | |
| 9) Certo | |
| 10) Errado | |
| 11) Certo | |
| 12) Errado | |
| 13) Certo | |
| 14) Errado | |
| 15) Certo | |
| 16) Certo | |
| 17) Certo | |
| 18) Errado | |
| 19) Errado | |
| 20) Errado | |
| 21) Errado | |
| 22) Certo | |
| 23) Errado | |
| 24) Certo | |
| 25) Errado | |
| 26) Errado | |
| 27) Errado | |
| 28) Errado | |
| 29) Errado | |
| 30) Errado | |
| 31) Errado | |
| 32) Errado | |
| 33) Errado | |
| 34) Certo | |
| 35) Errado | |
| 36) Errado | |
| 37) Certo | |
| 38) Errado | |
| 39) Certo | |
| 40) Certo | |
| 41) Certo | |
| 42) Errado | |
| 43) Errado | |
| 44) Errado | |
| 45) Errado | |
| 46) Certo | |
| 47) Errado | |
| 48) Certo | |
| 49) Errado | |
| 50) Errado | |
| 51) Certo | |
| 52) Errado | |
| 53) Certo | |
| 54) Certo | |